A AVALIAÇÃO COMO PROCESSO CONTÍNUO

O vocábulo “avaliar” origina-se do latim “valare”, que significa: ser forte, ter valor. No senso comum, “avaliar” é empregado no sentido de atribuir valor a um objeto. Assim, a avaliação permite vários significados tais como: verificar, calcular, medir, apreciar, classificar, entre outros.

Segundo Luckesi (2003) avaliar significa, “determinar a valia ou o valor de; apreciar ou estimar o merecimento de: avaliar um caráter, avaliar um esforço, etc”. Com esta significação, a avaliação se encerra com a determinação de um juízo de valor sobre a realidade.

Dentro da perspectiva pedagógica, esta acepção não é suficiente, pois, ainda segundo Luckesi (2003, p. 35):

A avaliação do aproveitamento escolar precisa ser praticada como uma atribuição de qualidade da aprendizagem dos alunos e percebida como um ato dinâmico, que precisa ter como objetivo final uma tomada de decisão que vise direcionar o aprendizado para o pleno desenvolvimento do educando. Essa visão é ampliada quando se considera que: avaliar é ser capaz de acompanhar o processo de construção de conhecimento do educando, para ajudar a superar obstáculos.

Perrenoud (1999) por sua vez, afirma que a avaliação tradicional, além de produzir fracasso, empobrece o processo de ensino-aprendizagem, induzindo os professores a utilizarem didáticas conservadoras.

A educação brasileira continua a conviver com problemas que eram típicos do início do século XX, grande número de analfabetos, inclusive de analfabetos escolarizados, é uma educação distanciada das reais necessidades da maioria da população.

A educação é um instrumento social, político-econômico; não para produzir, de forma isolada, a mudança social, mas para que os sujeitos sociais sejam inseridos no processo de mudança. O saber científico e o popular, o universal e o regional são produtos da humanidade. É fundamental que todos tenham pleno acesso a eles.

Muita gente ainda acredita que os fatores socioeconômicos são a maior causa dos problemas da aprendizagem, transferindo, assim, a responsabilidade do fracasso escolar para o aluno e sua família ou para a questão social, reduzindo a responsabilidade da escola. Na verdade, as dificuldades das crianças mais pobres, que trabalham, podem ser reduzidas por meio de programas que atuem diretamente nas condições do estudante (bolsa-escola, PETI, feijão no fogo que é um programa do município aqui de Alto Araguaia, por exemplo) e do processo ensino-aprendizagem, assim como na competência, na motivação e no compromisso dos (as) professores (as).

A escola pode tornar-se um lugar de vivências de prazer, de cultura e de ciência, onde a ética e a justiça norteiam as ações, tornando-se um dos instrumentos de superação da dominação social, econômica e cultural.

A avaliação é nessa perspectiva, mais do que apenas um debate técnico, implica um debate ético e político sobre os meios e os fins da educação. É um instrumento poderoso no processo de reconstrução da educação brasileira, em especial da educação pública, a qual responsabiliza-se pela formação da maioria da população e pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia no país.

Preocupa-nos ainda mais com o assunto em pauta a partir dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – avaliação federal mais importante para a educação –, apresentada pelo Ministério da Educação com resultados obtidos no ano de 2005. a pesquisa identificou que mais da metade das escolas brasileiras não atingiram a média nacional que é de 3,8, média atual do índice. A escola em que atuo ficou com média 3,1. O assunto é sério e preocupante.

Quando a comparação é feita com as metas a serem atingidas pelas escolas brasileiras até 2.021, pode-se concluir que, nos anos finais do ensino fundamental apenas 62 escolas, ou seja, 0,33% do total conseguiram chegar a nota 5,5. Já entre as escolas públicas de 1ª a 4ª série, 166 atingiram a nota 6,0, o que corresponde a apenas 0,59% das escolas.

Em busca de respostas para tão baixo índice nas avaliações do IDEB recorri a estudos feitos sobre o país considerado como um dos melhores do mundo em educação, a Finlândia, que ocupa o topo do ranking de qualidade de ensino feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com base em testes aplicados a alunos de 57 países.

Observe os dados coletados da pesquisa de Favaro (2008, p. 33-35):

* Aqui no Brasil nossos alunos têm uma carga horária de 800 horas por ano, já os finlandeses ficam mais tempo na escola, 995 horas.
* Na Finlândia o mestrado é pré-requisito para um professor ser contratado, ou seja, 100% dos professores têm o curso de mestrado, no Brasil, basta ter o diploma de nível superior, que se tornou obrigatório no ano passado.

A média de alunos na Finlândia é de 16 alunos por professor,

aqui é de 23 alunos.

* Quanto ao salário médio dos professores, a Finlândia prova que ter salário alto não é garantia de profissionais satisfeitos: o salário médio dos professores finlandeses é de 12% mais alto do que a renda per capita do país. No Brasil, o salário é de 56% mais alto do que a renda brasileira (média nacional de um professor do ensino fundamental com quinze anos de experiência, segundo a OCDE).
* O gasto com Educação (em porcentagem do PIB) é de 6,1% na Finlândia e de 3,9% no Brasil, a Finlândia é um dos países que mais investem em educação em relação ao PIB.
* Favaro (2008) ainda apresenta os cinco segredos da educação deste país número um em qualidade de ensino que são:

1. O vestibular para ser professor é um dos mais disputados do país, por isso, apenas 10% dos candidatos são aprovados. Exceto na pré-escola, o mestrado é pré-requisito para lecionar.

2. A discrepância no desempenho entre as escolas do país é a menor do mundo. Lá o governo mantém um sistema sigiloso de avaliação das escolas, 99% das escolas são públicas e o resultado é entregue ao diretor da escola, comparando o desempenho de seus alunos com a média nacional.

3. Na Finlândia, os piores alunos não são deixados para trás, dois em cada dez estudantes recebem aulas de reforço. Por causa disso, quase não há repetência.

4. As escolas contam com um currículo variado, além das matérias básicas, há também aulas de ecologia, ética, música, artes e economia doméstica. O ensino de duas línguas estrangeiras é obrigatório, e se o aluno quiser ele pode aprender mais duas outras línguas.

5. Lá os diretores e os professores são responsáveis por criar um ambiente agradável para os alunos, estes têm o prazer em ficar na escola, a carga horária não é excessiva e, a partir da 7ª série, os alunos são livres para escolher algumas disciplinas com as quais têm mais afinidade. (FAVARO, 2008, p. 36).

Com tudo isso que acabamos de analisar, é preciso construir um processo participativo e reflexivo. É preciso acreditar na utopia educacional que move a nossa prática cotidiana e nos leva a participar da construção de uma sociedade fundamentada na justiça social.

Durante a escolaridade básica, aprende-se a ler, a escrever, a contar, aprende-se também a raciocinar, observar, explicar, resumir, e muitas outras coisas. Os alunos conseguem assimilar conhecimentos disciplinares como português, matemática, história, inglês, geografia. Porém o que acontece é que a escola não está preocupada em ligar esses recursos a vida real, ou seja, a escola não prepara o aluno para usar o conhecimento no seu dia-a-dia. Se perguntarmos por que se ensina isso ou aquilo, a resposta é geralmente baseada nas exigências do curso. Nossos alunos saem com uma opinião globalizada de que se aprende para se dar bem na vida, não depender dos pais, ser um bom cidadão, etc.

Para mudar esse quadro de fracasso escolar, é necessário rever o enfoque do ensino e da aprendizagem. Os jovens precisam compreender os conteúdos e suas necessidades para então desenvolver autonomia intelectual e capacidade crítica. Essa deve ser a intenção de nossas escolas em relação à avaliação.

Os processos de avaliação da educação brasileira, adotados nos últimos anos, vêm de encontro aos números que descrevem a situação atual do ensino e aprendizagem no país. Tais instrumentos permitem aos gestores educacionais planejar políticas públicas, atacar questões mais urgentes – e o que se espera – conquistar a melhoria dos índices de qualidade.

“A avaliação escolar hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem”, afirma Hoffmann (1991). Se pensarmos e aceitarmos que uma avaliação que simplesmente qualifica e rotula não faz sentido algum para o aluno, descobriremos que este talvez seja o melhor caminho para garantir a evolução do processo ensino-aprendizagem.

Felizmente já é evidente um grande avanço no que tange a conceitualização do processo avaliativo para muitos professores, antes vale o ensinar. Hoje a ênfase esta no aprender e significa uma mudança em quase todos os níveis educacionais: currículo, gestão escolar, organização da sala de aula, tipos de atividades e, claro, o próprio jeito de avaliar o aluno.

Nessa nova perspectiva o professor deixa de ser aquele que simplesmente passa as informações, ele torna-se parceiro dos alunos e os prepara para que elaborem seus conhecimentos. Em vez de despejar conteúdos em frente à classe, ele agora pauta seu trabalho nas especificidades de sua turma. É o que propõe os Parâmetros Curriculares Nacionais – a utilização de uma avaliação investigativa, a qual instrumentalizará o professor para que ele possa pôr em prática seu planejamento de forma adequada às características dos seus alunos.

Esse momento deve ser utilizado para se investigar o que o aluno já sabe sobre determinado conteúdo para, a partir daí, estruturar sua programação, definindo os conteúdos e o nível de profundidade em que devem ser abordados. A avaliação inicial serve para o professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos, assim como para o aluno tomar consciência do que já sabe e do que pode ainda aprender sobre determinado conjunto de conteúdos.

Uma das sugestões dos Parâmetros Curriculares Nacionais é que se faça uma avaliação inicial, pois o fato de o aluno estar iniciando uma série não é informação suficiente para que o professor saiba sobre suas necessidades de aprendizagem. Porém é importante evitar o equívoco de se rotular a avaliação com o prenúncio de um longo período de diagnóstico que acabe por se destacar do processo de aprendizagem em curso, no qual o professor não avança em suas propostas, perdendo o escasso e precioso tempo escolar de que dispõe.

A avaliação diagnóstica contempla ainda a observação dos avanços e da qualidade da aprendizagem alcançada pelos alunos ao final de um período de trabalho. Por este motivo é importante que a avaliação ocorra sempre após a introdução de um novo conteúdo, para tornar evidente o nível de compreensão da turma.